

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Referência: Representação nº 15/2020-GPML, de 07.12.2020 (e-DOC 84173CC3-e).

Sumário: O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - MPJTCD, Marcos Felipe Pinheiro Lima, apresenta Representação em face de possíveis falhas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020 e gerido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF, que tem como objetivo conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo do Distrito Federal. Contudo, o referido Procurador informa que foram identificados indícios apontando a existência de divergências entre os dados disponibilizados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a relação beneficiários do auxílio, bem como, a concessão do programa de transferência de renda para servidores do Distrito Federal. Requer que esta Corte: I. conheça da presente Representação; II. com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, dê conhecimento da Representação à SEDES/DF para, querendo, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes quanto aos fatos narrados na presente peça; III. encaminhe os autos ao Corpo Técnico para instrução, a fim de apurar a possível ocorrência das irregularidades narradas na presente Representação, autorizando, desde já, a instauração de procedimento de fiscalização para a devida apuração dos fatos narrados nesta Representação.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Encaminhe-se à Secretaria-Geral de Controle Externo para análise da Representação em epígrafe.

Brasília-DF, 8 de dezembro de 2020.

ANILCÉIA MACHADO

Presidente